

FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA

FLUXOS MERCANTIS E ESPAÇO ECONÔMICO NAS
"MINAS GERAIS"

MARIANA
2006

FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA

FLUXOS MERCANTIS E ESPAÇO ECONÔMICO NAS
"MINAS GERAIS"

Trabalho apresentado ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas e
Sociais da Universidade Federal de
Ouro Preto como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
História
Orientador: Prof. Dr. Ângelo Alves
Carrara

MARIANA
2006

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
O DEBATE HISTORIOGRÁFICO E A ESPECIFICIDADE DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS.....	1
1	
O ARRENDAMENTO DE DIREITOS.....	22
A ADMINISTRAÇÃO DOS REGISTROS.....	27
A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ENTRE OS “SERTÕES” E AS “MINAS GERAIS”.....	38
CONCLUSÃO.....	44
FONTES.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

INTRODUÇÃO

O último terço do século XVII é marcado, tanto em Portugal como no Brasil, por crise econômica. O renascimento econômico de Portugal e do seu império ultramarino, esperado assim que se obtivesse a paz definitiva com a Espanha e as Províncias Unidas em 1668-1669, não se concretizou pelas próximas duas décadas.¹ Ainda na primeira metade do XVII, a coroa portuguesa, então de posse de D. João IV, percebe o quão dependente o reino se tornara de suas colónias. Na conjuntura de fins da União Ibérica, D. João IV, percebe a fragilidade e a incapacidade portuguesa de manter um conflito com a Espanha e de enviar homens ao seu império simultaneamente. Nesse contexto, a coroa se vê obrigada a negociar para que as próprias elites coloniais fossem responsáveis pela manutenção do império. Dessa maneira, juntamente com o incremento da produção açucareira, vai ocorrer um processo de transferência intra-imperial do eixo asiático para o atlântico, processo no qual o Rio de Janeiro e o Brasil adquirem posição destacada.

Mas se em termos políticos Portugal adquire uma certa tranquilidade a partir da segunda metade do XVII, em termos económicos o Reino se encontrava em situação delicada. Após o fim da União Ibérica, Portugal perde o acesso à prata espanhola, enfrentando a partir daí uma escassez de moeda. Esse ponto é ainda agravado pela característica estrutural portuguesa como importador de alimentos, o que ampliava a escassez de moedas, exigidas como forma de pagamento.

¹ BOXER, Charles R. Renascimento e expansão no ocidente (1663-1750). In; *O império colonial português* (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1981. p. 155.

Além da escassez de moedas e da importação constante de alimentos, outros muitos fatores contribuíam, em fins do século XVII, para a crise econômica portuguesa. O primeiro elemento foi a perseguição aos cristãos-novos efetuada pelos reis D. João IV (1640-1656), D. Afonso (1656-1668) e D. Pedro (1668-1706).² Um segundo elemento foi o fortalecimento, em parte daí decorrente, do aparelho inquisitorial. O importante a ressaltar, é que estas perseguições vão afetar a economia do Reino, dado que boa parte dos cristãos-novos vai migrar ou mesmo ser profundamente enfraquecidos economicamente, debilitando em parte o comércio português.

Outro ponto agravante para o comércio português foram

“A Índia perdida e toda a pimenta e canela, as grandes riquezas de outrora em mãos dos holandeses. Angola dava somente escravos, 'negócios (notavam os membros do Conselho Ultramarino em 1675) que até hoje não acabou de livrar de escrúpulos a consciência cristã'. A exportação de açúcar e tabaco diminuída pela concorrência de Barbados. O pau-brasil vencido nos mercados consumidores por outro, de menor preço, e sem emprego, a não ser para tempero das tintas manipuladas com o produto espúrio. **Na conjuntura, só dos metais preciosos, arrancados à terra, se podia esperar remédio.**”³

Mas se a evidência de uma situação econômica preocupante era um agravante para o Reino, do outro lado do Atlântico, a crise também já havia se instalado. Boxer nos traz um interessante testemunho, do último quartel do século XVII, no qual o Conselho Municipal em correspondência com a Coroa, queixava-se de que a baixa dos preços, o comércio escasso, impostos elevados, trabalho escravo dispendioso e insuficiente, tudo se conjugava para tornar a sua ocupação extremamente ingrata e incerta.⁴ O fato é que apesar do aumento da produção

² Essa perseguição aos cristãos-novos (alguns deles vultosos comerciantes) era uma afronta a classe mercantil. Estas possuíam duas funções: em primeiro lugar pretendiam o confisco dos bens (principal forma de manutenção do Santo Ofício) e em segundo, uma forma de enfraquecimento da classe mercantil frente à nobreza. Para maiores detalhes da ação Inquisitorial sobre os cristãos-novos ver os trabalhos de Anita Novinsky. Outro trabalho interessante sobre para se avaliar a presença dos cristãos-novos nas praças mercantis do império português é a obra de FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. Ver mais especificamente Cap. I,

³ SIMONSEN, Roberto Cochrane. O ciclo da mineração (1ª. e 2ª. partes). *História econômica do Brasil* 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978. (Brasiliana, 10) c. 10-1 l.p. 263. Grifos meus.

⁴ BOXER, Charles R. op. cit. p. 156,

açucareira, os fatores reclamados acima e a preferência nesta conjuntura específica dos mercadores do Porto e de Lisboa de receberem seus pagamentos em dinheiro, ao invés de seu equivalente em açúcar, geravam um escoamento de moedas para o Reino, agravando mais ainda a escassez monetária da colônia.

Com a crise econômica eminente, a coroa portuguesa adota uma política de incentivos à busca por metais preciosos, que através de promessas de benesses, recompensas e títulos conquista o apoio dos paulistas em seu projeto. A primeira onda de buscas se deu nos anos de 1674-1682 e fracassou, porém, uma década depois, a Coroa autorizava explicitamente o governador do Rio de Janeiro a induzir os principais paulistas a reunirem-se novamente na busca pelas minas.⁵ Mas, coincidentemente, estas últimas ordens chegaram ao Rio de Janeiro quase ao mesmo tempo em que os paulistas, já à procura de prata e esmeraldas no interior, vieram a encontrar as primeiras jazidas do ouro de aluvião. A localização e as datas exatas dos primeiros descobrimentos tem sido um tema que por um longo tempo consumiu várias gerações de historiadores e comentaristas, sendo muitas vezes uma busca ardorosa e sem fim, por isso mesmo e ao que tudo indica, contrapondo-se os relatos e a historiografia, as primeiras amostras de ouro parecem ter sido encontradas simultaneamente em diversas regiões, em um curto intervalo de tempo entre 1693-1695.⁶

É interessante notar que apesar da criação de uma Casa da Moeda na Bahia (1695) e de seus transplantes para o Rio de Janeiro (1698-1699), Pernambuco (1700-1702) e definitivamente para o Rio de Janeiro (1703), com o objetivo de cunhar moedas de circulação restrita ao Brasil (moedas provinciais); da fundação da colônia de Sacramento (1680) com o intuito de contrabandear a prata de Potosí, através do comércio com Buenos Aires; da recuperação da indústria brasileira do açúcar no início da década de 1690; e por fim, dos

⁵ BOXER, Charles R. O ouro das Minas Gerais. *A idade de ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. c. 2. p. 61.

⁶ Ibidem.p. 61.

esforços de D. Luís de Menezes, o terceiro Conde de Ericeira, em implementar uma política mercantilista, manufatureira e reguladora em Portugal; a superação da crise econômica pela qual, tanto a Colônia quanto o Reino passavam e o renascimento espetacular das duas economias, só se concretizaram com os descobertos auríferos.⁷

A descoberta do ouro nos sertões do Brasil vai possibilitar uma série de transformações e reformas, além de uma retomada/expansão das economias do Reino e da Colônia. Augusto de Lima Júnior nos traz um interessante testemunho de um geólogo francês sobre o ouro. Segundo as considerações deste geólogo é importante

“... assinalar o poder civilizador que o ouro possui, ... **parece que a sua descoberta na terra transforma a própria natureza e faz com que desabem as barreiras intransponíveis**, pelas quais se acreditaria deter as invasões dos homens, conservando-se eternamente virgens suas solidões. Apenas se encontra ouro em um país selvagem, bárbaro, inculto, rebelde à vida, logo tudo se transforma. Os desertos da África Austral, ou da Austrália Ocidental, obtêm água; as estepes brumosas do Oceano Ártico, se abrandam; os pântanos e as florestas dos trópicos, perdem sua pestilência; o homem se apossa de planície escaldante ou gelada, do cimo alpestre, da costa que a malária ou a febre amarela desolavam; **ele (o ouro) conduz para aí os mais indispensáveis recursos para a existência, as facilidades e depois o luxo.**”⁸

Assim como neste testemunho, a descoberta do ouro provocou na colônia, mais especificamente na região centro-sul, entre outros fatores: um extraordinário crescimento demográfico, de portugueses e em maior proporção de cativos, elevando a população a aproximadamente um milhão e meio de indivíduos, sem contar os ameríndios⁹. Outro fator foi o fato de que “a economia aurífera promoveu o aparecimento de uma sociedade urbana, que atraía grandes fluxos populacionais...”¹⁰ de maneira que “o comércio rapidamente floresceu na região, pois os mineiros possuíam em suas mãos um equivalente universal de troca, o que

⁷ BOXER, Charles R. Renascimento e expansão no ocidente (1663-1750). In: *O império colonial português* (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1981. pp. 158-159.

⁸ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Vila Rica do Ouro Preto*: síntese histórica e descritiva. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1957. pp. 28-29. Grifos meus. Esse testemunho é uma síntese rara de todo o poder que a descoberta deste metal implicava, partindo de uma busca desesperada de sobrevivência em seus primórdios, chegando a transformar a pompa e o luxo como elementos essenciais de diferenciação social no seio destas sociedades.

⁹ BOXER, Charles R. Renascimento e expansão no ocidente (1663-1750). In: *O império colonial português* (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1981. p. 174.

¹⁰ FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio*: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 197.

muito facilitava as operações mercantis”¹¹. Além disso “a alta lucratividade desse comércio com as Minas fez com que rapidamente se estabelecessem as redes de abastecimento de produtos...”¹², dado que a produção aurífera foi um grande estímulo para a expansão da pecuária, da produção de alimentos, da diversificação da produção, bem como uma articulação econômica extensa, direta e sólida entre várias regiões, formando um grande espaço econômico polarizado pelos centros mineradores.

Neste sentido, temos vários trabalhos que vão se debruçar sobre a questão da constituição do mercado interno nas Minas, sendo os principais as obras de Zemella (1951), Ellis (1961), Guimarães e Reis (1986, nº 2), Lenharo (1979), Chaves (1995). No entanto, todos estes trabalhos estão focados essencialmente nas relações comerciais estabelecidas entre Minas Gerais e outras capitanias, principalmente a sua ligação com São Paulo, Bahia e a praça mercantil do Rio de Janeiro.

Outro dado importante é o fato de que nas últimas duas décadas vem sendo travado um debate, o qual aponta para uma contraposição de opiniões sobre o papel do mercado interno no âmbito das economias coloniais, bem como seu grau de autonomia ou dependência do setor exportador.

Autores como Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Antônio Novais compartilham de uma visão que se contrapõe aos estudos que se iniciaram com Ciro Flamarion Cardoso e Maria Yedda L. Linhares, e culminaram com João L. R. Fragoso. Pertencente também a este debate se encontra Iraci del Nero da Costa e Júlio Manuel Pires. É importante ressaltar que estes autores apontam opiniões divergentes, o que torna necessário a investigação e contraposição de suas posições.

Além de contrapor a visão compartilhada pela historiografia brasileira, é necessário ressaltar que este é um debate que já se encontra solucionado e consolidado pela

¹¹ Ibidem. pp. 197-198.

¹² Ibidem.p. 199.

historiografia hispano-americana, com autores como Carlos Sempat Assadourian, Heraclio Bonilla, Enrique Tandeter e outros, e que não tem sido considerado no Brasil, à exceção da obra de Carrara.¹³ Segundo estes autores, a “influência direta do mercado minerador”, por meio da demanda tanto de meios de produção como de meios de subsistência, contribuiu então para a mercantilização desse espaço e determinou a especialização regional dentro dele. No entanto, esta perspectiva teórica não se esgotava no estabelecimento desta relação original entre mineração e mercados abastecedores. Ao encadeamento direto entre os centros mineradores e as regiões produtoras devia ser adicionada uma “**cadeia de novos efeitos**”, em virtude do fato de que as zonas que dependiam do mercado minerador passavam a gerar sua própria demanda. Nesse sentido, a diminuição da produção mineral e da população urbana tiveram marcados efeitos sobre o amplo território no qual se havia exercido a excepcional influência do auge potosino. Contudo, a mercantilização de diversas regiões, empresas e comunidades indígenas do espaço peruano não se retraiu uniformemente devido ao declínio de Potosi.¹⁴

Desde o seu surgimento, a fertilidade desta perspectiva inovadora veio a ser crescentemente demonstrada, e tem possibilitado a consolidação de uma historiografia que reforça não apenas a idéia de uma cadeia de efeitos gerados a partir da mineração, mas igualmente a hipótese de uma crescente autonomização das zonas produtoras e circuitos mercantis com relação aos mercados mineradores.¹⁵ Desta forma, Carrara buscou em seu trabalho identificar as áreas de produção agrária ligadas ao abastecimento interno e suas articulações regionais, buscando assim demonstrar como a mineração fecundou os fluxos mercantis no interior da colônia. A ênfase recaiu, então, no conceito de **espaço econômico**,

¹³ CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese de doutoramento).

¹⁴ CARRARA, Ângelo Alves. Ouro, moeda e mercado interno no Brasil, 1700-1808. *Produção mineral e circulação mercantil*. Mariana: Departamento de História, 2004 (relatório de pesquisa), pp. 08-09.

¹⁵ Ibidem. p. 09.

igualmente formulado e adotado há mais de duas décadas pela historiografia hispano-americana. Além disto, o autor buscou demonstrar que o conjunto das atividades econômicas da Capitania de Minas Gerais, no decorrer do século XVIII, foi deixando de estar tão estreitamente vinculado à mineração.¹⁶

Partindo destes pressupostos buscamos no presente trabalho analisar a constituição do espaço econômico polarizado pela região mineradora central, as chamadas "Minas Gerais"¹⁷, composta pelos termos de Mariana e Ouro Preto. No entanto, ao fato de que este espaço não se limitava aos limites geográficos da Capitania de Minas Gerais, somamos a grande quantidade de obras que ao tratarem do tema, não estenderam seus estudos para as áreas circunscritas à Capitania. Desta forma, buscaremos analisar o comércio específico entre a zona mineradora central e os sertões da Capitania. Para isso, analisaremos a documentação a partir de 1757¹⁸, referente aos registros de entradas que controlavam o comércio entre os currais e os termos de Mariana e Ouro Preto, sendo estes o registro da Contagem das Abóboras, Jaguará, Ribeirão D'areia e Sete Lagoas.

¹⁶ *Ibidem*, p. 11.

¹⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (orgs.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1. pp. 196-202.

¹⁸ Data em que os registros de entradas passam dos contratos particulares ao controle da Coroa, em virtude dos baixos lances oferecidos na arrematação anterior. Cf. CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese de doutoramento), p. 111.

O DEBATE HISTORIOGRÁFICO E A ESPECIFICIDADE DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

Qualquer um que se aventure a discutir a relevância e o grau de autonomia do mercado interno no âmbito da economia colonial na América Portuguesa, irá se deparar com um debate que vem sendo travado há pelo menos duas décadas, de forma que não se pode simplesmente ignorá-lo ou muito menos dá-lo por encerrado. Desta forma, a discussão que se apresenta a seguir não possui de forma alguma o interesse de finalizar este grande e importante debate, o que não retira a possibilidade de contribuir em favor das discussões. Por isso mesmo, e devido ao caráter restrito de nosso texto, foram selecionados apenas os autores mais representativos deste debate, como Fernando A. Novais, João L. R. Fragoso, Iraci del Nero da Costa, Eduardo B. Mariutti, Luiz P. F. Nogueiról, Mário D. Neto e Ângelo A. Carrara. Para dar início a esta análise, partiremos aqui da obra de Fernando A. Novais, esta que além de representar o ponto convergente de todas as discussões sobre a temática do papel do mercado interno, foi designado por alguns como símbolo da “historiografia tradicional”.

Dentro do conjunto da obra de Fernando A. Novais, vastíssima e marcada por uma preferência inconfundível de busca pelos estudos dos mais variados temas referentes ao Brasil, destaca-se uma que por muitos anos norteou estudos sobre o surgimento, o funcionamento e a crise de um sistema colonial de exploração, adotado pelas metrópoles européias em suas posses ultramarinas. Em seu livro *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, o objetivo do autor era analisar o sistema de colonização, assim como ele o designa, para tentar compreender a sua *crise*, não só da colonização como também

do antigo regime, que se manifesta a partir do último quartel do setecentos. No entanto, ele não limita a sua avaliação a este âmbito, de modo que podemos perceber de forma clara como ele busca explicitar como se daria a aplicação deste sistema colonial e suas implicações sobre o funcionamento das economias coloniais.¹⁹

Apesar de nosso objetivo restrito, não podemos deixar de levar em consideração o que é tratado pelo autor como sistema colonial. Segundo ele “...o sistema colonial apresenta-se-nos como o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias...” , sendo que “nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial”²¹, de modo que, nos Tempos Modernos, este movimento se processou atravessado por uma doutrina específica de relações, assumindo a forma de um sistema mercantilista de colonização. É importante ressaltar esta diferença porque enquanto o processo concreto de colonização se efetivava, desenvolvia-se paralelamente pelos teóricos do mercantilismo a posição e a função das colônias no quadro da vida econômica dos Estados europeus. É interessante notar que, a partir da fixação (abstratamente) dos fins e objetivos da colonização, a legislação dos Estados europeus reflete a tentativa de efetivar na prática, os princípios da doutrina mercantilista. Partindo-se então, dos aspectos mais gerais do mercantilismo, ou seja, a idéia do metalismo, da balança comercial favorável, protecionismo alfandegário, as colônias se apresentariam como uma retaguarda econômica das metrópoles, com a função de “...primeiro, dar à metrópole um maior mercado para seus produtos; segundo, dar ocupação a um maior número dos seus...; terceiro, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que precisa.”²². Em outros termos e em consonância com a colocação de Caio Prado Jr., a colonização moderna, teria uma natureza essencialmente comercial: produzir para o mercado

¹⁹ Como o nosso interesse não é acompanhar totalmente o desenvolvimento de seu raciocínio sobre o desenvolvimento do sistema colonial, seu funcionamento, sua crise e as causas de sua superação, nos limitaremos a abordar a relação estabelecida pelo autor entre o sistema de exploração e o desenvolvimento econômico da colônia brasileira.

²⁰ Ibidem. p.57.

²¹ Ibidem. p. 58.

²² Ibidem. p. 59.

externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia. Em síntese, a colonização do Novo Mundo seria um apêndice, uma extensão da expansão comercial européia, um *instrumento da acumulação primitiva de capital*, uma peça do sistema, responsável pela acumulação de capitais necessária ao desenvolvimento do capitalismo, posteriormente.

Neste sentido, Fernando Novais vai concentrar sua análise no “exclusivo metropolitano”, mecanismo pelo qual se efetivaria a acumulação primitiva. Segundo o autor *“é no regime do comércio entre metrópoles e colônias que se situa o elemento essencial desse mecanismo”*²³. Através do monopólio, ou do “exclusivo” metropolitano (termo utilizado na época) haveria um duplo deslocamento de capitais para a metrópole. Isto porque o monopólio permite no momento da compra, abaixar-se os preços ao nível da produção e na venda, alcançar maiores lucros com a exclusividade da oferta, processo que ocorreria tanto na aquisição dos produtos coloniais quanto pela venda dos produtos do reino, pelos mercadores metropolitanos. Como o próprio autor afirma claramente

“O exclusivo metropolitano do comércio colonial consiste em summa na reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, **para a burguesia comercial metropolitana**. Este o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobre-produto das economias coloniais ancilares..”²⁴

Como pudemos identificar, Novais converge toda a análise do funcionamento do sistema colonial de exploração sobre a atividade comercial. Como fica evidenciado em sua obra, todo este sistema teria como alicerce a prática do comércio entre as metrópoles e suas respectivas colônias. Como ele mesmo resume em uma frase todo o seu raciocínio *“o comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime”*²⁵. Dessa maneira, o sistema do “exclusivo” seria responsável pela transferência de renda no sentido colônia-metropole e

²³ Ibidem. p. 72.

²⁴ Ibidem. p. 88-89.

²⁵ Ibidem. p. 72.

pela concentração dessa acumulação primitiva pelos empresários ligados ao comércio ultramarino.

Levando em consideração o fato de que tenhamos conseguido imprimir nestas poucas linhas, o cerne do argumento de Fernando Novais, passaremos adiante às críticas que têm sido vinculadas ao seu trabalho, nos últimos anos. Antes porém, de trazermos aqui as críticas mais “famosas” ao trabalho de Novais, queremos expor uma análise que viemos desenvolvendo em nossos trabalhos. A exemplo de Caio Prado Jr., historiador de grande influência no trabalho de Novais, este classifica a todo o momento a economia colonial como periférica. Neste sentido, gostaríamos de afirmar um equívoco do autor. Se de fato, ele analisa com maestria a função e os objetivos da colonização do Novo Mundo nos quadros da economia européia, dentro da lógica mercantilista, ele peca ao colocar a economia colonial como periférica. É interessante relembrar que se por um lado as afirmações de D. João IV “O Brasil é a vaca de leite de Portugal” parecem dar conta do grau de exploração da metrópole sobre a colônia, por outro evidencia o poder da economia colonial já no século XVII. Além disso, é importante notar como, já em meados do século XVIII, o Brasil assume uma importância econômica muito mais significativa que Portugal no cenário internacional, para o qual temos um exemplo muito interessante que sintetiza o poderio econômico emergente da colônia. Após o terremoto de Lisboa em 1755, se não me engano, foi estabelecido o subsídio voluntário, no qual as cortes apelavam para que os colonos contribuíssem para a reconstrução da capital Lisboa. O interessante é que a cota a ser atingida pelo Rio de Janeiro (uma das maiores a ser cumprida) foi executada com um acréscimo mínimo de 2% sobre o imposto da alfândega.

Uma segunda crítica às formulações de Novais, uma crítica até certo ponto óbvia, é que ao vincular o desenvolvimento da colonização como um apêndice das economias européias, dentro do quadro do “exclusivo” metropolitano, mecanismo pelo qual se efetivaria

a acumulação primitiva de capitais, Novais não se atentou para o fato de que o monopólio do comércio colonial não indicava de maneira alguma o monopólio deste por comerciantes metropolitanos. Como o próprio autor chama a atenção, a base teórica mercantilista muitas vezes não correspondia com a prática, já que a colonização desenvolvia-se concretamente ao mesmo tempo que as bases intelectuais de sua aplicação. Como foi dito anteriormente, se a sua análise sobre o desenvolvimento e funcionamento do *sistema colonial mercantilista* nos apresentam sem possibilidades de qualquer ressalva, a sua base de sustentação no entanto traz em si mesma o seu ponto de superação. Isto ocorre quando Novais afirma que as atividades mercantis eram o próprio nervo da colonização do Antigo Regime, já que ele não se atenta ao fato de que a partir do momento que se desenvolve nos mecanismos da exploração colonial, um corpo mercantil residente na colônia, o seu argumento perde o seu ponto de apoio. Em outras palavras, o seu argumento de que a acumulação primitiva, efetivada pela transferência e concentração de renda na metrópole, se fazia a partir do comércio efetivado pelos reinóis, torna-se um argumento reverso, pois se o comércio e a circulação de mercadorias promovia a acumulação de capital, esta passa a possuir como destino as praças mercantis coloniais, no momento em que o comércio colonial passa a ser gerenciado por mercadores coloniais. Veja-se o esforço do Marquês de Pombal em fortalecer o corpo mercantil metropolitano; a criação das companhias monopolistas etc, como um exemplo da busca da Coroa por uma posição já a muito perdida, de domínio do comércio colonial. Quando analisamos então, a obra de Novais e o seu título sugestivo, identificamos na crise do Antigo Sistema Colonial não apenas a incompatibilidade de uma economia escravista com um capitalismo industrial florescente, mas vemos nesta crise a afirmação de uma acumulação primitiva que transita seu eixo, através dos mercadores coloniais, para a colônia.

Pela própria origem do trabalho, buscamos aplicar uma análise mais original e não baseada na citação, por isso as críticas a seguir têm um caráter sintético, até porque são

bastante conhecidas no campo historiográfico. A primeira delas, talvez a de maior impacto no campo da historiografia econômica, são as afirmações de João L. R. Fragoso sobre a existência ou não, e também de seu grau de dependência, de um mercado interno solidamente constituído na colônia. Em seu trabalho mais significativo “Homens de grossa aventura”, Fragoso vai demonstrar que “difícilmente se poderia pensar a plantation como uma unidade auto-suficiente. Mais do que isso, verificamos a existência de áreas que, no interior do espaço colonial, estariam voltadas para uma produção mercantil destinada ao abastecimento interno.”²⁶ Além disso, o autor mostra como este mercado interno colonial, a partir de um processo de acumulações endógenas, manteria um grau de independência em relação ao setor exportador. No caso de nossos estudos, Minas Gerais, é visível como a decadência da atividade mineradora não significou a retração dos mercados produtores de mercadorias destinadas ao seu abastecimento. Juntamente com a decadência do *setor dinâmico*, houve uma reorientação da produção antes voltada para as “minas gerais”, área que demarca os termos de Mariana, Ouro Preto e Sabará, para o norte de São Paulo e principalmente, o Rio de Janeiro.

Como também não podia deixar de ser, a obra de Fragoso também não escapou de graves críticas feitas recentemente por estudiosos dessa mesma questão. Eduardo B. Mariutti, Luiz P. F. Nogueiról e Mário D. Neto trazem algumas críticas sobre o desenvolvimento e sobre as conclusões de Fragoso sobre o mercado interno colonial e seu grau de autonomia. Entre suas críticas, estes autores destacam a utilização e interpretação de Fragoso sobre os movimentos internacionais dos preços do açúcar e do café. Segundo os mesmos,

“...atribuíram médias anuais constantes a variáveis cujos comportamentos não se prestam a tanto. Por outro lado, não contextualizaram, econômica e politicamente, o período analisado. Por isto, a extensão das conclusões a que chegaram para todo o período colonial é um erro.”²⁷

Outra crítica dos autores é sobre a periodização utilizada pelo autor, que segundo os autores não pode ser utilizada como paradigma, pois corresponderia ao período de estabelecimento da

²⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 119.

²⁷ MARTUTTT, Eduardo B.; NOGUEIRÓL, Luiz P. F.; NETO, Mário D. *Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino*. São Paulo: Est. Econômicos, V. 31, N. 2, 2001. p. 369-393.

Corte Real na colônia, incrementando consideravelmente a demanda por produtos de subsistência, aumentando em grande escala a produção do mercado interno.

Para finalizar, gostaríamos de apresentar uma última crítica, que na verdade é uma tentativa de mesclar os trabalhos de Fragoso e Novais (o famoso meio termo), desenvolvido por Iraci del Nero da Costa e Júlio Manuel Pires. Neste trabalho, estes dois autores tentam criar uma forma específica de conceituação das formas de capital, uma quarta forma que segundo eles Marx teria sugerido, sob a denominação de capital escravista-mercantil. Segundo eles, no mundo moderno, a produção de mercadorias alicerçada na mão-de-obra escrava só se tornou possível pelo seu caráter essencialmente exportador, destinado sobretudo aos mercados europeus. Ainda segundo suas análises, teríamos no Brasil um escravismo produtor de mercadorias e dependente dos mercados mundiais aos quais o escravismo deveria sua existência. Por isso, o capital escravista-mercantil não poderia existir autônoma e independentemente, pois sua existência pressupõe o modo de produção capitalista. De onde estes autores concluíram que (lembrando a sua tentativa de unir as posições de Fragoso e Novais) a constituição no Brasil, de uma economia reflexa e dependente, não decorreu meramente da exploração metropolitana ou do fato de a colônia ter sido voltada ao fornecimento de produtos para o comércio europeu, mas derivou, essencialmente, das próprias entranhas da forma de capital cujo predomínio marcou nossa história.

Notadamente, apesar de ser um debate importantíssimo para os estudos sobre o funcionamento da economia colonial brasileira, notamos de forma velada, uma total falta de cooperação entre os autores. Mas não no sentido comum, mas sim por uma tentativa desenfreada de desvalorizar e desmoralizar seus trabalhos. É interessante notar como muitas vezes os autores e protagonistas deste debate trazem argumentos semelhantes, utilizando termos diferenciados, mas que ao escaparem dos olhos da maioria dos leitores, acabam por despertar um leve desprezo ou desinteresse em efetivar a leitura dos autores criticados,

mesmo sem possuir a mínima noção de que apesar da profundidade e importância das afirmações destes autores, eles estão muitas vezes repetindo os mesmos argumentos sob uma ótica modificada.

Por isso mesmo e como havíamos afirmado no começo de nosso texto, não pretendemos de forma alguma encerrar este grande debate sobre o sistema colonial e sobre a dependência ou não dos ritmos das economias coloniais em relação às determinações metropolitanas. Mesmo assim, não poderíamos deixar de chamar a atenção para um elemento chave, que se formos analisar profundamente, é o eixo desencadeador de todo o debate, que é a questão da existência ou não de um mercado interno, e de forma mais profunda, se este mercado possuiria ritmos próprios ou se seria dependente das flutuações do mercado externo. O interessante é que a obra de Fernando A. Novais, que foi o eixo central de onde se partiram todos os novos estudos e para onde se convergiram as principais críticas, traz em si a brecha que poderia ter solucionado todo este debate a um longo tempo, como ocorreu com os estudos desenvolvidos pelos autores hispano-americanos.

Como já afirmamos anteriormente, os debates sobre o papel do mercado interno e seu grau de autonomia já são um assunto plenamente solucionado e consolidado pela historiografia hispano-americana. Isto porque estes autores perceberam que o eixo das discussões não deve ser direcionado sobre os conceitos de mercado externo ou interno, mas sim sobre o conceito de setor dinâmico da economia. Isto é, não importa qual atividade possua uma contribuição maior ou menor sobre as receitas da economia colonial, e sim, qual dos setores é o eixo organizador, que estimula as atividades e a reprodução destas economias.

Em nosso caso específico, a Capitania de Minas Gerais, essa colocação se torna mais evidente ainda, já que o setor dominante é composto justamente pela atividade mineradora. atividade que como vimos, possuía um poder incrível de mobilizar, influenciar e

²⁸ CARRARA, Ângelo Alves. Ouro, moeda e mercado interno no Brasil, 1700-1808. *Produção mineral e circulação mercantil*. Mariana: Departamento de História, 2004 (relatório de pesquisa). P, 09.

promover a inter-relação de centros consumidores e produtores em níveis até então nunca vistos no panorama colonial. E é exatamente aqui que se encontra o ponto mais interessante de toda esta discussão. Quando Fernando A. Novais nos traz a colocação

"É claro que ao lado dessa produção essencial para o mercado europeu, organizava-se nas colônias todo um setor, dependente do primeiro, da produção que visava a suprir a subsistência interna, daquilo que não podia ser provido pela metrópole. Mas ainda aqui, são os mecanismos do sistema colonial que definem o conjunto e imprimem o ritmo em que se movimenta a produção. Nos períodos em que a procura externa se retraía, isto é, quando baixavam os preços europeus dos produtos coloniais, as unidades produtoras na colônia tendiam a deslocar fatores para a produção de subsistência, pois diminuía sua capacidade de importar, quando, ao contrário, ampliava-se a procura externa, as unidades produtivas coloniais tendiam a mobilizar todos os fatores na produção exportadora; abria-se, **então, à economia colonial de subsistência a possibilidade de desenvolver-se autonomamente.**"

ele está afirmando o fato de que as unidades produtoras convergentes para o setor dinâmico da economia possuíam a possibilidade de gerar uma demanda própria, de desenvolver-se em ritmos próprios, desde que o setor dinâmico estivesse por pelo menos algum período em ascensão. Ora, comparando esta possibilidade que Novais reconhece com os estudos realizados pela historiografia hispano-americana, apresenta-se-nos o fato de que foi exatamente isto que seus autores puderam identificar em seus estudos sobre a atividade mineradora. Segundo eles³⁰ "*...el auge inicial de la minería de Potosí, afines del siglo XVI, sus tráficos mercantiles articulaban un territorio mucho mayor...*"³¹ de maneira que

"La influencia directa dei mercado minero, a través de la demanda tanto de médios de producción como de médios de subsistencia, contribuyo entonces a la mercantilización de ese espacio y determino la especialización regional dentro de el."³²

²⁹ NOVAIS, Fernando A. op. cit. P. 96.

³⁰ É importante ressaltar que a atividade mineradora, como aludimos no início de nosso texto, possui alguns denominadores universais, já que o ouro possui uma qualidade bastante distinta de servir como um equivalente universal de troca, possuindo um grande poder de "civilizar" e estimular em larga escala as atividades mercantis.

³¹ TANDETER, E., MILLETICH, V., SCHMIT, R. "Flujos mercantiles en el Potosí colonial tardío". In: SILVA RIQUER, Jorge; GROSSO, Juan Carlos; YUSTE, Carmen (org). *Circuitos mercantiles y mercados em Latinoamérica*. México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora-Instituto de Investigaciones Históricas/UNAM, 1995. p. 13-14.

³² Ibidem.p. 13-14.

Mas o mais interessante foi o fato de que *"...al eslabonamiento directo entre centros mineros y regiones productoras habria que agregar una 'cadena de nuevos efectos' cuando, a su vez, las zonas que dependeu del mercado minero generan su propia demanda"*³³

Como vimos, o que os autores hispano-americanos denominam de cadeia de novos efeitos, nada mais é do que a possibilidade que Novais atribuía às economias de subsistência de se desenvolverem autonomamente. De fato, essa possibilidade permitiu na América espanhola que

“La declinacion de la extraccion de plata em el alto Peru no implica de ninguna manera el declive de los volumes de comercio de productos mercantiles em la region, que siguen manteniendo su dinamismo y originan curvas estables de produccion y circulacion...”³⁴

Tendo visto que o debate sobre o mercado interno já é assunto consolidado pela historiografia hispano-americana e que a obra de Novais, centro desencadeador desse mesmo debate na historiografia brasileira, traz em si a mesma possibilidade de surgimento de um mercado interno com uma demanda própria passamos agora a uma questão mais prática e mais restrita, tratando-se de uma especificidade que consideramos essencial no contexto de toda essa discussão. Como Júnia F. Furtado e também Ângelo A. Carrara demonstraram, a descoberta do ouro promoveu um rápido crescimento demográfico, o surgimento de uma sociedade urbana, o florescimento de um grande comercio, um estímulo à pecuária, à agricultura e por fim, estabeleceu grandes redes de comercio envolvendo diretamente as regiões mineradoras e centros produtores distantes, formando um grande espaço econômico polarizado pelas regiões auríferas. Mas o que ocorreu de mais interessante e de maior impacto para o sistema colonial (nos termos de Novais) e para o funcionamento da economia colonial foi o fato de que a descoberta dos veios auríferos possibilitou a formação e ascensão de um

³³ Ibidem. p. 14.

³⁴ Citado por CARRARA, Ângelo Alves. Ouro, moeda e mercado interno no Brasil, 1700-1808. *Produção mineral e circulação mercantil*. Mariana: Departamento de História, 2004 (relatório de pesquisa), p. 10-11.

corpo/base/setor mercantil muito forte e que além de atuar na colônia e no ultramar, possuía raízes e residiam na colônia. Este fato é muito importante, pois se Novais é brilhante ao identificar um projeto de exploração colonial baseado na transferência de valores efetivada pelo comércio entre metrópole-colônia, este sistema também começa a entrar em colapso quando parte das atividades mercantis começam a ser dominadas por homens sediados na colônia.

Em uma pesquisa recente, trabalhando com os créditos passados no Registro do Caminho Novo (1774), responsável em alguns anos por cerca de até 90% de todas as mercadorias entradas na Capitania de Minas Gerais, pudemos verificar que a contribuição de comerciantes residentes fora desta capitania era praticamente nula, sendo que da praça mercantil do Rio de Janeiro apenas dois comerciantes foram identificados, contribuindo com apenas 3,9% das mercadorias passadas neste Registro. Este é um fato muito interessante, pois mostra uma característica até certo ponto desconcertante, de que este comércio era quase totalmente dominado por comerciantes residentes em Minas, o que garantia que o todo o sobre-produto de seu comércio fosse retido no interior desta. Outro exemplo pode também ser visto na lista dos contratadores de impostos, que também evidencia uma característica dominante de seu controle por homens sediados em Minas Gerais.

³⁵ Fonte: CCCOP/AN - Lista dos créditos do Registro do Caminho Novo 1774-1775. Observando os créditos, foi possível constatar a presença destes comerciantes em apenas 4 casos. Eles aparecem várias vezes na documentação, mas com a função de abonadores/avalistas dos passadores em caso de não pagamento dos créditos. Mas como atuantes diretos deste comércio somente dois comerciantes. O primeiro deles, o Sr. Custódio Ferreira Duarte aparece uma vez associado a Luis Alves Correia (Vila Rica) no valor de 1:001 \$890,64 e mais duas vezes associado a Manoel Francisco de Andrade (Sabará) no valor de 1:256\$859,39; o segundo comerciante do Rio de Janeiro, o Sr. Joaquim de Sousa Pereira aparece em sociedade com Antônio de Almeida (Vila do Príncipe) no valor de 3\$000.

O ARRENDAMENTO DE DIREITOS

O arrendamento de direitos e rendas do Rei (de Portugal) vigorou no Brasil desde o início da colonização. Os contratadores ou rendeiros eram os agentes privados da arrecadação de tributos. Isto se dava porque embora a coroa possuísse um aparato burocrático de funcionários - na área da Fazenda, provedores, almoxarifes, tesoureiros e outros - ela não se sentia aparelhada para a coleta direta do imposto frente aos seus contribuintes, convocando assim o ímpeto empresarial dos arrematantes. Estes eram quase sempre comerciantes abastados, que deviam antecipar para os cofres do Erário a décima, a quarta ou a quinta parte do preço do contrato.³⁶ Essas fianças nem sempre foram exigidas (principalmente no caso específico de Minas Gerais), o que acabou facilitando as insolvências dos contratadores.

A arrematação dos tributos da coroa a particulares era, por um lado, bastante vantajoso ao governo luso, pois retirava de si o ônus do aparato fiscal necessário para as cobranças, além de garantir um valor fixo para receitas incertas. Por outro lado, as receitas da coroa se viam em constante prejuízo, por dois motivos: o primeiro era o próprio interesse do contratador, ao qual era garantida toda a renda arrecadada acima do valor estipulado no leilão; o segundo era que na grande maioria das vezes, os valores arrecadados eram utilizados pelos contratadores para seu benefício próprio, fazendo com que no momento do pagamento das prestações do contrato, os contratadores muitas vezes não possuíssem o dinheiro.³⁷

³⁶ ABNRJ, XXVIII, 1906, pág. 300,329,330.

³⁷ O final do século XVIII vai assistir a fortes críticas ao arrendamento contratual de tributos no império português. Não interessa ao nosso estudo discutir acerca da questão: arrendamento dos contratos versus administração direta, mas temos vários expoentes da crítica ao arrendamento, como: Teixeira Coelho, o escrivão Carlos José da Silva, Tomás Antônio Gonzaga, José Joaquim da Rocha. Todos estes homens, membros da

No caso de Minas Gerais, os principais tributos eram: subsídio voluntário; subsídio literário; donativos, terças partes e novos direitos dos ofícios de justiça e fazenda; passagens de rios; dízimos e entradas. Estes dois últimos tributos são ao lado do quinto do ouro, os impostos mais importantes para a coroa portuguesa na capitania de Minas Gerais.³⁸ O tributo das entradas era um imposto sobre a circulação de mercadorias, no caso da capitania mineradora, este imposto era aplicado sobre as mercadorias vindas de outras regiões, como o mercado abastecedor baiano, o de São Paulo e principalmente o Rio de Janeiro. É necessário ressaltar que este tributo também atingia a circulação interna de mercadorias na capitania, em outras palavras, atingia as rotas comerciais entre os “sertões” e as vilas.

A arrecadação do tributo se dava através de postos localizados ao longo dos caminhos, os registros. Os registros eram os postos de arrecadação e fiscalização, onde o preposto do contratador (o administrador do registro) e o funcionário da Real Fazenda (o fiel) - que às vezes eram a mesma pessoa - se encarregavam de efetuar o lançamento das mercadorias, com a cobrança imediata do imposto, ou o que era mais comum, com a emissão

administração portuguesa, vão no final do século XVIII defender a administração direta, contra a espoliação colonial e a execução dos povos. Estas iniciativas vão finalmente adquirir aprovação nas altas esferas do governo português na voz do Ministro de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, na Instrução para o Visconde de Barbacena, de 29/01/1788. ANUÁRIO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Ouro Preto, 1953, ano II, pág. 147 a 154. *Apud* MADEIRA, Mauro de Albuquerque. *Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial*. Brasília: Coopermídia, Unafisco/Sindifisco, 1993. p. 175.

³⁸ Os impostos relacionados acima não abarcam a totalidade dos tributos, mas apenas aqueles sujeitos ao arrendamento de particulares.

³⁹ O termo sertões adquiriu vários sentidos em diferentes épocas. O sertão é uma invenção portuguesa, ligada inicialmente ao litoral, a costa. De termo genericamente oposto à costa pelos navegadores portugueses, o termo passou a ser empregado na identificação dos *diversos sertões do interior do continente*. Não é nosso interesse mostrar as diversas identificações do termo ao longo do tempo, mas é necessário ressaltar o sentido que ele adquire em Minas colonial. No final do século XVII, a descoberta do ouro determinou a mudança para a sua significação atual, em Minas Gerais, destacada por Saint-Hilaire -*imensa região de fraca população*; e por Vieira Couto - *região afastada das povoações das minas, com o Rio São Francisco a correr-lhe pelo centro*. Na prática, o sertão da capitania de Minas Gerais recobria principalmente a zona curraleira, o “sertão dos currais”. A característica dominante que o termo adquire não tem relação com a baixa densidade demográfica, e muito menos com o isolamento. No espaço económico da mineração, muitos eram seus caminhos, e talvez, maior ainda fossem os “descaminhos”, o que contraria a hipótese de isolamento. A distancia pouco importou na constituição do carácter económico. Oitenta léguas nada impediram a intensa circulação quotidiana de mercadorias entre o Rio de Janeiro e as minas, ex-‘sertões dos Cataguá’. O que caracterizou os sertões (no sentido que ainda vigora) foi a pobreza, a miséria. O sertão, visto no conjunto do espaço económico da mineração é uma das regiões de menos intensidade da circulação, por não possuir uma produção económica com demanda equiparável a outras regiões. Como bem afirmou Teodoro Sampaio, em 1879, *o deserto é apenas aparente. O Brasil... é mais habitado do que se pensa e menos rico do que se presume*. Para ver a trajetória do sentido do termo sertão, Cf: CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese de doutorado), pp. 47-53.

de um crédito tributário, através de uma nota promissória ou título de dívida do comerciante, viandante ou tropeiro, a ser paga geralmente no local de destino das mercadorias e/ou residência do passador.⁴⁰

Além do fiel e do administrador, os registros eram guarnecidos por uma patrulha policial/militar (geralmente um cabo e dois soldados) cuja tarefa era cuidar, evitar ou reprimir o descaminho, o contrabando ou extravio de mercadorias, que não deveriam transitar para a capitania através de veredas, matos ou matas desguarnecidos das repartições fiscais (estes caminhos por onde se passavam as mercadorias sem o pagamento do imposto eram as chamadas picadas).⁴¹ Os registros mais importantes (em termos de rendimentos) eram o do Caminho Novo, em Matias Barbosa (caminho para o Rio de Janeiro), e o registro da Mantiqueira (Caminho Velho) - estrategicamente postados na Serra do Mar, cuja difícil travessia deveria desencorajar os sonegadores.

A capitania de Minas Gerais era dividida em quatro comarcas, sendo elas Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro Frio. Os registros se dividiam da seguinte maneira entre as comarcas:⁴²

⁴⁰ MADEIRA, Mauro de Albuquerque, op. cit. p. 116-

⁴¹ Para maiores detalhes da composição dos registros ver ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*, Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

⁴² Estes registros tiveram grande variação ao longo do tempo. Isso se dava porque os contratadores possuíam extrema liberdade para transpor os registros de um caminho para o outro, desde que informassem a transferência à Junta da Real Fazenda. Temos vários exemplos dessa mudança dos registros, mas temos um exemplo muito claro, na carta 315 (dia 12/11/1779) de João Roiz de Macedo para seu cobrador e administrador geral da comarca do Rio das Mortes Capitão Brás Alves Antunes, em que ele afirma "*Nesta ocasião me expediu a Junta a ordem inclusa, concedendo-me fazer-se mudança do Registro de Ouro Fino para o fim da mata chamada Tapera de*

João Dias..." Cf: OLIVEIRA, Tarquínio J, B de. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Vols. I e II. Ouro Preto: ESAF, Centro de estudos do ciclo do ouro, 1981. p. 280.

Como se verá mais a frente, os registros que estudamos não abarcam de maneira alguma a totalidade dos postos de arrecadação. Vários registros surgiram ao longo do XVIII e início do XIX, outros deixaram de existir, e ainda alguns foram substituídos ou mesmo anexados. Dessa maneira, para o nosso levantamento o critério foi: inicialmente a possibilidade de trabalho com a documentação; e em segundo lugar optamos pela importância comercial do registro, o que fez com que registros possuidores de uma documentação relativamente sólida, não fossem trabalhados. Sendo assim, os registros acima citados abarcam apenas aqueles a que tivemos alguma notícia, com base documental e através da bibliografia.

1- Rio das Mortes: (com centro em São João Del Rey) Caminho Novo (Paraibuna e Matias Barbosa), Mantiqueira (Caminho Velho), Capivari, Ouro Fino, Mandu, Itajubá, Jacuí e Pinheirinho.

2- Sabará: (centro em Sabará) Jaguará, Jequitibá; Sete Lagoas (sub-centro), Pitangui, Onça, Zabelê; Paracatu (sub-centro), Nazaré, Olhos D'agua, Santo Antonio, Santa Izabel e São Luiz; Malhada.

3- Serro Frio: (centro no Tejuco) Rabelo, Caeté-mirim, Galheiro, Galheiro (Serro-Frio), Pé do Morro, Inhacica; Minas Novas (sub-centro), Araçuaí, Jequitinhonha, Ita(Tu)cambira, Rio Pardo e Bom Jardim.

As arrematações dos contratos em Minas Gerais apresentaram um fator de distinção para as outras capitanias desde o início do século XVIII, que foi a arrematação dos contratos na própria colônia. Quando afirmamos isso, queremos ressaltar a arrematação dos contratos mais vultosos, como o seria o caso da dízima da alfândega para o Rio de Janeiro, que era arrematado no Conselho Ultramarino. É interessante notar que em Minas Gerais, mesmo os tributos de maior importância como os dízimos e as entradas foram desde cedo arrematados na própria capitania, através da Provedoria até 1772, e posteriormente a isso pela Junta da Real Fazenda. É importante constatar este fator pois ele indica uma relativa autonomia na gerência dos tributos pelos contratadores de Minas Gerais. Neste âmbito, os contratadores podem ser vistos como a personificação dos interesses estatais e privados sob uma só pessoa. Segundo Madeira

“Essa delegação de poderes e tarefas tipicamente estatais para o capitalista/arrendatário de impostos era uma forma caracteristicamente patrimonial de privatização do Estado, isto é, de apropriação privada da autoridade e dos privilégios do Estado...”⁴³

Ainda segundo Madeira,

⁴³ MADEIRA, Mauro de Albuquerque, op. cit. p. 125.

“O próprio sistema de arrendamento privado do tributo era causa e efeito da privatização da coisa pública., da patrimonialização do Estado. A sociedade era excessivamente dominada pelo Estado e ao mesmo tempo esta era apropriada pelos interesses privados da classe dominante.”⁴⁴

É claro que o autor exagera ao afirmar que os contratadores eram capitalistas. Mas as suas afirmações são muito claras quanto ao papel que os contratadores vão assumir no cenário colonial mineiro, um papel de “braço” do corpo burocrático luso.

⁴⁴ Ibidem.p. 117.

A ADMINISTRAÇÃO DOS REGISTROS

“... sou a dizer a Vm. que me veio a noticia que o administrador do Registro de São Luís se acha mancomunado com o soldado que está no Porto do Bezerra, e que este é genro daquele administrador, em tanta forma que passou o dito soldado uma guia de 60 cargas de sal, devendo ser de 130. Ainda as 60, dizem, foram introduzidas nesse arraial sem pagarem os direitos, com consentimento do administrador; o que, por ser público, lhe foi a Vm. a noticia para a mandar confiscar.”⁴⁵

“Não repare Vm. em lhe não irem alguns gêneros, que é por não haver; e as fazendas se acham agora mais caras, e logo me parece hão de custar mais baratas; e por esta razão, me parece, se Vm. for vendendo logo à vista, não fará mal, ...”⁴⁶

“É constante ter falecido nessa comarca Gaspar Gonçalves de Matos, e que se fez arrecadação de seus bens por essa Provedoria, e como os mesmos se acham obrigados à satisfação do que ficou devendo a este contrato das Entradas...”⁴⁷

Os trechos de cartas da correspondência ativa de João Rodrigues de Macedo são muito ilustrativas para evidenciar uma característica geral de todos os contratadores, qual seja, a de que eram os homens mais bem informados na capitania de Minas Gerais, em suas diversas periodicidades. É claro que os trechos acima são apenas ilustrações, mas o que se percebe é que as grandes distancias e a falta de um órgão responsável pela circulação das cartas (o futuro correio) não impediu que os contratadores se mantivessem a par de todos os acontecimentos da capitania.⁴⁸ É muito interessante notar como estes homens possuíam além das redes de administração (administradores, auxiliares, caixeiros, cobradores, escrivães etc),

⁴⁵ Carta nº 58(25/11/1776) de João Roiz de Macedo ao administrador geral do continente de Paracatu, Sr. Alf. Manuel José de Oliveira Guimarães. Cf. OLIVEIRA, Tarquinio. J. B. Vol. I. op. cit. p. 130.

⁴⁶ Carta nº 210 (18/04/1778) de JRM ao cobrador e administrador geral da comarca do Serro Frio, Sr. João Carneiro da Silva. Ibidem. p. 222.

⁴⁷ Carta nº 78 (05/03/1777) de JRM para Sabará ao Sr. José Vieira Carneiro. Ibidem. p. 144.

⁴⁸ Analisando os intervalos de tempo ds cartas remetidas a JRM e suas respostas, pode-se concluir que a distancia do Tejuco a Vila Rica era de 4/12 dias de viagem; de Sabará era de 3/5 de viagem; da São João Del Rey era 5/8 dias; de Vila Boa, em Goiás, era de 20/25 dias de viagem; do Rio de Janeiro era 17/30 dias de viagem.

uma rede “oculta” da qual eles obtinham informações diversas como o falecimento de alguém, denúncias sobre a existência de picadas⁴⁹ etc. Essas redes “clientelares”, e afirmamos isso com muita ressalva, por se tratar de um termo político, são objeto de grande rnodá historiográfica. Em nosso caso particular, nosso estudo se dedica apenas à rede mais oficial de relações destes contratadores, ou seja, quem eram os homens responsáveis pelo tributo das entradas nos diversos períodos. À primeira vista isto pode parecer um objeto sem justificativa, mas adquire singular importância do ponto de vista de que: 1º - foi através do arrendamento a particulares que o Estado Luso articulou seu aparato burocrático/fiscal na colônia; 2º - no caso de Minas Gerais, as Entradas se constituíram em um dos três mais importantes tributos para a coroa, ao lado dos dízimos e do quinto do ouro; 3º - que foi através dos administradores espalhados em diversos caminhos que se pode efetuar a fiscalização, e consequente arrecadação dos impostos.

A tarefa de reconstruir a administração dos registros de entradas de Minas Gerais submete-se à maior limitação imposta pelo tipo de fonte de que dispomos para realizá-la: a da descontinuidade. Só dispomos de dados válidos para toda a capitania apenas para o período compreendido entre 22/07/1716 e 21/07/1717. Porém, se as fontes são fragmentadas e escassas até 1717, a partir desse ano, até 1757 guardam um silêncio tumular a propósito do que teria sido o conjunto dos mercados locais mineiros. Não sabemos o que teria ocorrido nesse período de quarenta anos, em vista dos direitos de entradas terem sido arrematados por particulares que se incumbiam de cobrá-los.⁵⁰ Já a partir de 1757, é a Real Fazenda quem vai assumir a administração das entradas, produzindo a partir daí uma documentação riquíssima até 1832. Vale ressaltar que ainda assim, o maior problema com que nos deparamos é a descontinuidade das fontes; às vezes temos alguns registros com longos períodos de documentação, outras vezes no entanto, a fragmentação é desalentadora.

⁴⁹ Como já afirmamos anteriormente, as picadas designam nos termos da época, os caminhos que não possuíam registros, por onde os passadores transportavam as cargas sem o pagamento dos direitos de entrada.

⁵⁰ CARRARA, Ângelo Alves. op. cit. p. 100.

Dessa maneira, o nosso trabalho consistiu em levantar os administradores dos registros desde outubro de 1757 até o ano de 1830.⁵¹ Este recorte cronológico, em que se exclui os anos de 1831/32 é devido ao fato deste dois últimos dois anos apresentarem o rendimento de um número muito reduzido de registros (talvez 3 ou 4), além dos mesmos possuírem um rendimento bastante diminuto, com pouca relevância econômica.

Na análise propriamente dita, a primeira característica importante que se nota é que muitos dos administradores permanecem de um contrato a outro. Temos exemplos muitos significativos como é o caso de Narciso Rodrigues, que administra o registro do Itajubá, por um período de 33 anos; outro exemplo é o Capitão e posteriormente Coronel Manoel do Vale Amado, que administra o registro do Caminho Novo por 16 anos; o Capitão José Maurício de Sousa Castro, que administra o registro do Caeté Mirim por 38 anos; Thomé Ignácio Ribeiro Gomes de Abreu, que administra o registro do Pé do Morro por 19 anos. Estes são apenas os casos mais significativos, mas poderíamos citar um número muito grande de administradores que ocuparam seus cargos por dois, três ou quatro triênios. A segunda característica importante desta administração é a ascensão social dos administradores. Temos vários casos em que cabos, alferes, comandantes, capitães, sargentos, tenentes vão alçar patentes mais altas, muitas vezes atingindo os postos de coronéis. São exemplos o Sr. Manoel do Vale Amado, João Vieira de Lima, Manoel José de Oliveira Guimarães, José Maurício de Sousa Castro, José Inácio Nogueira da Gama. Muitos outros poderiam ser citados, dentro do que levantamos. Devem haver muitos outros casos, que infelizmente não podemos afirmar, dado que os diários dos rendimentos dos registros na grande maioria das vezes só apresentam assinatura do administrador, sem indicar suas patentes. Essas foram levantadas por fontes mais qualitativas como as escriturações dos créditos, ou através das cartas, em que os contratadores se referem a seus administradores por suas patentes ou cargos. Uma terceira

⁵¹ A grande maioria das fontes foram retiradas do guia de pesquisa da Coleção Casa dos Contos. Cf: CARRARA, Ângelo Alves. *A real fazenda de Minas Gerais* : guia de pesquisa da coleção Casa dos Contos de Ouro Preto. Ouro Preto : UFOP, 2003. pp. 53-63

característica, e acreditamos que esta seja uma das razões da insolvência dos contratadores na segunda metade do XVIII,⁵² é a grande incidência da união sob uma só pessoa dos cargos de administrador e fiel. O fiel do registro tinha atribuições específicas, como a de permutar o ouro em pó (que só podia circular dentro de Minas Gerais) por moeda legal, para os viandantes que saíssem da capitania. Outro papel específico do fiel, juntamente com os soldados, era reprimir o contrabando.⁵³

À primeira vista, essa união em uma só figura dos cargos de fiel e administrador, não apresenta problema algum. Pois ao primeiro cabia zelar pelos interesses da coroa, e ao segundo pelos lucros do contratador, que estavam intrinsecamente ligados. Acontece, que no momento em que o administrador passa a desenvolver as funções de fiel, como patrulhar, permutar etc, ele se distancia do seu papel de empregado do contratador. Além disso, o fiel deveria ter seus salário e moradias pagos pela Real Fazenda, o que muitas vezes não ocorria, restando ao contratador manter este tipo de despesa. Um bom exemplo do ônus que isto representava ao contratador pode ser identificado na carta nº 415 (07/04/1780), de JRM para João Romão da Silva Brito em Minas Novas, em que ele afirma:

“No que respeita às obras que Vm. diz carecem e são caras, é sem dúvida que aos soldados e fiéis tem obrigação El-Rei dar residência, e o certo é que Vm., como fiel havia de a ter. Sendo e são casas pertencentes ao meu contrato, quero que sejam reedificadas com a menor despesa possível...”⁵⁴

No mesmo sentido, a carta nº 565 (27/07/1780) é exemplar o quanto JRM se vê prejudicado por essa acumulação de cargos. Veja-se:

⁵² Isto não é o objetivo deste trabalho, mas podemos afirmar, através de um estudo recente que fizemos, que a inadimplência dos contratadores no pagamento dos contratos pouco tem, para não dizer nada, relação com a decadência da atividade mineradora. Ao somar os rendimentos dos registros, podemos constatar muito facilmente, que eles ultrapassavam e muito o valor a ser pago à Real Fazenda. Vamos citar apenas um exemplo, que de maneira alguma foi uma exceção: no contrato das entradas de João de Sousa Lisboa, no triênio 1762-1764, ele deveria recolher à Real Fazenda o valor anual de 196: 414\$000. É interessante notar que apenas o registro do Caminho Novo obteve um rendimento de 221: 376\$000 - 1/2 -. No entanto, ainda em 1786, a sua dívida era da ordem de 258: 757\$847, atingindo pouco menos da metade do valor total do contrato, 589: 242\$000. MADEIRA, Mauro de Albuquerque, op. cit. p. 133. ⁵³

Ibidem.p. 118,119.

⁵⁴ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. Vol. II. op. cit. p.10.

“Vejo dizer-me Vm. que precisa alugar casas para a sua administração; eu tenho obrigação de dar casas aos senhores administradores dos registros, porém se não tendo eles outra ocupação; e como Vm. também é fiel, deve El-Rei dar casas aos senhores fiéis, que assim se costuma; agora, se Vm. ao mesmo tempo pode estar em duas casas, alugue uma por conta do contrato e outra por conta de El-Rei.”⁵⁵

Dessa maneira, não resta dúvida alguma que esta união não era proveitosa para o contratador, como se vê no seguinte trecho de carta “...estou certo de que não é conveniente estar a administração de qualquer registro no mesmo sujeito que também serve de fiel.”⁵⁶ Essa constatação, no entanto, não impediu de maneira alguma que ocorresse essa acumulação de cargos, como se vê em outras cartas de JRM e mesmo na documentação, principalmente nos períodos de administração direta das Entradas. Essa acumulação, acreditamos, talvez fosse muito maior do que nos foi permitido constatar, pois como já havia salientado anteriormente, a documentação muitas vezes apresenta apenas a assinatura, sem menção a cargos ou patentes. Porém, e esta é a razão de acreditarmos nisto, nas cartas e nas escriturações de contratos, aparecem muitas vezes os mesmos administradores sendo tratados também por fiéis.

O que se nota claramente com a documentação, ao fim, é que a administração dos registros era um empreendimento valioso, canal pelo qual muitos homens puderam ascender militarmente, economicamente e socialmente; em segundo lugar, se nota uma rede vastíssima de contato dos contratadores, em que estes durante todo o século XVIII, apesar da ausência do futuro correio, foram os homens mais bem informados em todos os âmbitos da capitania, e por isso mesmo o estudo destas redes, não “clientelares”, mas administrativas se torna tão importante para tentar compreender o universo da fiscalização, da produção e da circulação de mercadorias dentro dos diversos espaços econômicos da capitania de Minas Gerais durante a segunda metade do século XVIII.

⁵⁵ Ibidem. p. 97.

Carta nº 109 (10/06/1777) ao administrador de Paracatu, Alferes Manoel José de Oliveira Guimarães. OLIVEIRA, Tarquínio. J. B. Vol. I. p. 163.

COMARCA DO RIO DAS MORTES

REGISTROS	ANOS	ADMINISTRADOR	ANOS	ADMINISTRADOR
DO CAMINHO NOVO	1762/1764	Manoel Pereira Alvim	1789/1794	Coronel Manoel do Vale Amado
	1765/1768	Antonio Ferreira da Silva	1794/1795	José da Silva Amorim
	1769/1775	Capitão Manoel do Vale Amado	1795/1799	Coronel Manoel do Vale Amado
	1775	Coronel Manoel do Vale Amado	1807/1808	José Inácio Nogueira de Carvalho
	1776/1778	Tenente Domingos José Gomes	1809/1810	Cap. Mor. José Inácio N. Carvalho
	1779/1780	João Manoel Gomes de Araújo	1811/1813	Coronel José Inácio N. Carvalho
	1782/1784	Ten. Cor. Luis Alves de Freitas Belo	1814	Francisco do Vale Amado
	1785/1788	Capitão Francisco da Costa Santiago		
DO ITAJUBÁ	1765/1768	Antonio Domingos	1803/1810	Felix José de Sequeira
	1769/1780	Narciso Rodrigues	1811	Cabo João Batista Ferreira
	1782/1787	Narciso Rodrigues	1812/1814	Joaquim José Teixeira
	1790/1802	Narciso Rodrigues		
DO JACUÍ/ PINHEIRINHO	1765	Manoel Terra Xavier de Lacerda	1780/1782	Furriel João Pedro Soares Landim
	1766/1768	Manoel Antonio Soares	1783/1784	Furriel Eugenio Pereira da Silva
	1769/1771	Antonio Alves França	1789/1796	Capitão Thomé Luiz Coelho
	1772	Alferes Valério Sanches	1797/1810	Venâncio Maria Torriani
	1773	Cabo José Antonio Guimarães	1811/1814	Capitão Venâncio Maria Torriani
	1774/1779	José Ribeiro Carneiro	1815/1829	Luis Antonio Ribas
	1780	Cabo José Antonio Guimarães		
DO MANDU/ JAGUARI	1765/1768	Miguel Alves Castelo	1809/1810	Manoel Carlos de Carvalho
	1769	Manoel Vieira	1811	João Antonio Duarte
	1770/1772	José Feliciano Gomes Henriques	1812/1815	Capitão João Antonio Duarte
	1773/1774	Domingos José Duarte Passos	1816/1817	Pedro Alves de Andrade Duarte
	1775/1784	Antonio de Sousa Teles	1818	Capitão João Antonio Duarte
	1790/1799	José Peruche Castel Branco	1819	Luis José Guerra (adm. Interino)
	1807	José da Silva Martins	1822/1830	Felix José de Noronha Negreiros
	1808	João Antonio Duarte		
DA MANTI-QUEIRA	1757/1762	José de Oliveira e Faria	1789	Antonio de Castro e Sousa
	1765/1775	Capitão Antonio Rebelo	1790/1800	Sargento-Mor Antonio de Castro e Sousa
	1776/1781	Custódio Manuel Teixeira	1804/1813	Joaquim Silvério de Castro
	1782/1784	José Gomes Martins	1817/1820	Joaquim Silvério de Castro
	1787/1788	Manoel Fernandes Guimarães	1830	Dominiano Plácido Noronha e Gama
DO OURO FINO	1762	Manoel Pinto Gomes	1779/1781	José do Carmo Saraíva
	1762	Gaspar Pereira Bezerra	1782	Rafael Antonio de Oliveira
	1763/1764	Diogo Manoel Teixeira de Leão	1783	Manoel de Sousa Pereira
	1765/1767	Francisco de Sousa	1784/1785	Cabo José Antonio Guimarães
	1769/1774	Lino José de Freitas	1788/1789	Cabo José Antonio Guimarães

	1775/1778	Capitão Domingos Pereira do Amaral Coutinho	1790/1799	Antonio Justiniano do Amaral Gurgel

* Está faltando alguns anos do registro de Ouro Fino, depois é preciso acrescenta-los.

COMARCA DO SABARÁ (CENTRO EM SABARÁ)

REGISTROS	ANOS	ADMINISTRADOR	ANOS	ADMINISTRADOR
REGISTRO DAS ABÓ-BORAS	1757	Fiel André Caetano Pereira	1762/1764	Alferes Luis de Sousa Pinto
	1758	Agostinho Pinto Lobo		
REGISTRO DA ONÇA	1765/1773	Antonio de Araújo Penna		
REGISTRO DO PITANGUI	1757/1758	João da Silva Sanches de Godoy	1769/1773	Manoel de Sousa Macedo
	1765/1768	Luis Leite de Brito	1780	Alferes Custódio Vieira Lanhoso
REGISTRO DO JEQUITI-BÁ	1769/1772	João Pires de Oliveira	1784	Pedro Antonio Lemos de Carvalho
	1773/1775	Manuel Martins Braga	1790/1796	Thomaz de Aquino Teixeira
	1776/1779	Bernardo Teles de Queirós	1797/1799	Alferes José Fernandez Martins Guimarães
	1779/1781	Pedro Antonio Lemos de Carvalho	1807/1809	Lucio José Barbosa Maciel
	1782	(?) Joaquim Francisco Lobo	1811/1813	Joaquim José Teixeira
	1783	Manoel Vás Corrêa		
REGISTRO DA MALHADA	1807/1808	Tenente José Manoel Dias da Costa	1812	José Bento de Macedo
	1809	Alferes José Pereira Mascarenhas	1813	José Pinto de Araújo Correia
	1810/1811	Tenente José Manoel Dias da Costa	1814/1830	Thomé Ignácio Ribeiro Gomes de Abreu

COMARCA DO SABARÁ (SUB-CENTRO EM SETE LAGOAS)

REGISTROS	ANOS	ADMINISTRADOR	ANOS	ADMINISTRADOR
REGISTRO DO JAGUARA	1765/1772	João Pires de Oliveira		
REGISTRO	1774/1777	Antonio de Araújo Penna	1785/1787	João Pinto do Amaral
	1777/1779	Antonio Machado de Andrade	1790/1796	Timóteo Gomes Valadares

DO RIBEIRÃO D'AREIA	1780	João Fernandes Lana	1797/1799	Marcelino Pinto Ribeiro
	1782	João Fernandes Lana	1807/1809	Antonio Tavares de Proença
	1783/1784	Manoel Fernandes Guimarães		
REGISTRO DE SETE LAGOAS	1762/1764	Antonio de Freitas e Caldas	1783/1785	Manoel Barbosa de Oliveira
	1765	Valério de Sousa	1787	Manoel Barbosa de Oliveira
	1765/1768	João Pinto Sampaio	1790/1796	Alferes José Fernandes Martins Guimarães
	1769/1772	Furriel-Mor Manoel Dias Ribeiro	1797	Thomaz de Aquino Teixeira
	1773/1778	João Álvares Ribeiro	1798	Ignácio Fernandes Aranha
	1778/1780	Manoel Barbosa de Oliveira	1807/1809	Antonio Marques Reis
	1782	Domingos José Correia de Machado		
REGISTRO DO ZABELÊ	1757/1758	Fiel Nazário [Carvalho] de Azevedo	1783/1784	Sebastião da Silva Leão
	1765/1769	Manoel Pinto Santos	1790/1796	Manoel de Mesquita Machado e Freitas
	1770/1775	Manoel Alves Pitta	1797	Timóteo Gomes Valadares
	1776	Manoel Álvares Pinto	1798/1799	Thomaz de Aquino Teixeira
	1777/1780	Tomáz Rodrigues Viana	1807/1809	Antonio da Costa Guimarães
	1782	Manoel Fernandes Guimarães		

COMARCA DO SABARÁ (CONTINENTE DE PARACATU)

REGISTROS	ANOS	ADMINISTRADOR	ANOS	ADMINISTRADOR
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CONTINENTE DE PARACATU	1762/1764	José de Sousa Correa Landim	1783/1784	Alferes Comandante Pedro Gomes Barbosa
	1765/1768	Capitão Antonio Manoel Granja	1785/1788	José Antonio de Melo
	1772/1773	Capitão Antonio Manoel Granja	1790	Capitão Thomaz Joaquim Almeida Frant
	1776/1778	Alferes Manoel José de Oliveira	1791/1793	Sarg-Mor José Sousa Lobo Mello
	1779/1780	Capitão Manoel José de Oliveira	1794	Furriel Antonio Dias Bicalho
	1782	Tenente Antonio Francisco Dias Coelho		
REGISTRO DE NAZARÉ	1757/1758	Fiel Manoel José da Cunha	1783/1784	Thomaz F. Fernandes de Andrade
	1762/1763	José de Sousa Correa Landim	1790	Thomaz Freire Frs' de Andrade
	1764/1765	Manoel Cardoso de Mattos	1791/1796	Jerônimo Rebello de Souza
	1766/1767	Antonio de Pinna Vasconcelos	1797	José de Faria Venâncio
	1769/1773	Brás Alves Duarte	1798	Joaquim Rodrigues Fraga
	1774/1775	Gonçalo Martins Pereira Chaves	1799	Manoel Luiz Mendes
	1776/1780	José Antonio de Moraes	1807/1809	Francisco Paula de Noronha Negreiros
	1782	João de Oliveira		
REGISTRO	1757/1758	Fiel Joaquim de Oliveira Barros	1778/1780	Sebastião Pereira de Miranda
	1765/1767	José Gonçalves da Silva	1782/1784	Joseph Estevão de Aguiar

DE OLHOS D'AGUA	1769/1771	José Gonçalves da Silva	1790/1797	Francisco Antonio Roquete
	1772/1773	Antonio José Luis	1797/1806	Joaquim de Mathos Pereira
	1774/1775	Manoel Domíngues Ferreira	1807/1810	Jerônimo Ferreira de Almeida
	1776/1777	Fiel Estevão da Cunha Morais		
REGISTRO DE SANTO ANTONIO	1762/1763	Manoel Soares Matella	1790/1791	Luis Antonio Alfaro
	1764	João de Azevedo	1792/1795	Bartholomeu Pinheiro de Faria
	1768/1771	Antonio da Silva Guimarães	1796/1799	Francisco Gomes de Barros
	1772/1773	Francisco Xavier Viegas	1807	José Caetano Cortês
	1774/1775	Florêncio de Moraes Ferreira	1808/1809	Marçal Gomes de Jesus
	1776/1780	Gonçalo Álvares de Oliveira		
REGISTRO DE SANTA IZABEL	1757/1758	Fiel (?) Corte Real	1793	José Teixeira de Carvalho
	1765/1767	Francisco da Costa Barros	1794	João Francisco Coelho Brandão
	1769/1771	José da Silveira Cotta	1795/1798	Luis da Silva Alfaro
	1772/1775	José Gonçalves da Silva	1799	Francisco Antonio Roquete
	1776/1777	Domingos de Castro	1799/1804	Joaquim José da Cunha
	1778/1781	Manuel Martins Braga	1805/1809	José Batista Franco
	1787/1788	Thomaz Antonio Morais	1812	Francisco Inocêncio de Miranda
	1788/1792	Pedro José da Silva	1813	Marçal Gomes de Jesus
REGISTRO DE SÃO LUÍS	1762/1763	José de Sousa Correa Landim	1777	Fiel Francisco Manoel Soares Viana
	1764	Lourenço Pereira de Sá e Soutomaior	1778/1780	Alferes Manoel Ferreira da Silva
	1765	José Caldas	1790/1795	Carlos José de Mello
	1766/1768	Francisco Xavier Viegas	1796	José de Faria Venâncio
	1769/1773	Manoel Correa Netto	1797/1799	José Caetano Cortês
	1774/1776	Francisco Xavier Viegas	1807/1809	Francisco Inocêncio de Miranda

COMARCA DO SERRO FRIO (CENTRO NO TEJUCO/SERRO-FRIO)

REGISTROS	ANOS	ADMINISTRADOR	ANOS	ADMINISTRADOR
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA COMARCA DO SERRO FRIO	1762/1764	Manoel da Costa [Carvalho]	1782/1785	Capitão Francisco Manoel Romão
	Pré-1776 (sem data definida)	Antonio Francisco dos Santos (adm. geral que foi anteriormente ao contrato de JRM)	1785/1788	Capitão Agostinho José Ferreira
	1776/1780	João Carneiro da Silva	1788/1789	João d'Amorim Garcia
	1780/1781	Ten. Cel. João Carneiro da Silva		
REGISTRO DO	1769/1772	José Mauricio de Sousa Menezes	1792/1799	Capitão José Mauricio de Sousa Castro
	1774/1780	José Maurício de Sousa Castro	1807/1809	Capitão José Maurício de Sousa Castro

CAETÉ-MIRIM	1790/1791	José Mauricio de Sousa Castro		
REGISTRO DO GALHEIRO (Serro-Frio)	1762/1764	José dos Santos Bernardes	1773/1774	Antonio Fernandes Guimarães
	1765/1772	Thomaz Antonio Pacheco		
REGISTRO DO GALHEIRO	1757/1763	Fiel Leandro Antonio de Faria [Pereira]	1790/1798	Francisco José Gonçalves
	1764/1771	Fiel José [Siqueira] de Carvalho	1799	José Bonifácio Ribas
	1775/1780	Rafael da Rocha Neves Quintela	1807/1809	Luis Antonio Ribas
REGISTRO DE INHACICA	1762/1764	Dr. Francisco de Seixas Brandão	1790/1791	Manuel Martins Braga
	1769/1775	Jacinto Leite de Faria	1791/1796	Antonio Madeira de Vinhão
	1776/1781	Fiel José de Castro Viana	1797/1799	Serafim Ribeiro de Andrade
	1782/1784	Thomaz Cabral	1807/1809	Serafim Ribeiro de Andrade
REGISTRO DO PÉ-DO-MORRO	1769/1772	Antonio de Sousa Pereira	1786/1787	Izidoro Ribeiro Pinto Nogueira
	1773/1775	Bento Leite	1790/1799	Thomé Ignácio Ribeiro Gomes de Abreu
	1776/1780	Antonio de Sousa Pereira	1807/1809	Thomé Ignácio Ribeiro Gomes de Abreu
	1785/1786	Antonio Caetano Fernandez de Oliveira		
REGISTRO DO RABELO	1757/1758	Fiel Luis Manoel de Sousa	1776/1780	Manoel José Boitinga
	1765/1768	Pedro Francisco da Cunha	1786/1789	Manoel Tavares da Silva
	1769/1771	Antonio José da Silva Brandão	1789/1799	Francisco José de Carvalho
	1772/1774	Capitão Antonio José da Silva Brandão	1800/1809	Francisco José Gonçalves
	1774/1775	Belchior Pinheiro de Oliveira		

COMARCA DO SERRO-FRIO (CONTINENTE DE MINAS NOVAS)

REGISTROS	ANOS	ADMINISTRADOR	ANOS	ADMINISTRADOR
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CONTINENTE DE MINAS NOVAS	1762/1764	Custódio da Rocha Coelho	1782/1785	Capitão João Vieira de Lima
	1765/1775	Sargento-Mor Manuel Martins dos Santos	1790/1792	José da Silva Guimarães e Veiga
	1776/1779	João Vieira de Lima	1795/1796	Joaquim Rodrigues Fraga
	1780	Capitão João Vieira de Lima		
REGISTRO DE	1765/1766	Manoel da Rocha (?)	1772/1773	Estevão da Rocha Cabral
	1767/1768	Thomé da Rocha Sudre	1774/1775	Cabo Antonio José de Araújo

ARAÇUAÍ	1769/1771	Estevão Pereira Cabral		
REGISTRO DE ITA-CAMBIRA	1765/1766	Domingos dos Santos Barros	1778/1780	Pedro de Oliveira e Silva
	1767	Sargento-Mor Manuel M. Santos	1782/1783	Santos Rodrigues da Matta
	1768/1775	Francisco Freire da Fonseca		
REGISTRO DO JEQUITINHONHA	1762/1771	Fiel João Machado de Miranda	1780	José Romão da Silva
	1772/1773	Sargento-Mor Manuel M. Santos	1793/1799	Manoel Zeferino Barbosa de Sá Mascarenhas
	1774/1775	Cabo Antonio José de Araújo	1807/1809	Francisco Manoel Barbosa de Sá Mascarenhas
REGISTRO DO RIO PARDO	1765/1768	Cabo Antonio José de Araújo	1799	Manoel José Pimenta de Castro
	1769/1771	José Antonio Guimarães	1800	Custódio Batista de Gouveia
	1772/1773	Sargento-Mor Manuel M. Santos	1800/1805	Theodoro do Rego
	1782/1783	Cabo José Pereira de [Almeida] Beltrão	1805/1806	Rodrigo Dias Terras de Araújo
	1785	Cabo José Pereira de [Almeida] Beltrão	1807/1808	Furriel Joaquim José de Sousa
	1790/1794	Diogo da Silva Neiva	1809	José Pinto de Araújo Correa
	1795	Manoel Joaquim Pereira Castro	1810/1813	Antonio de Araújo Rodrigues
	1796/1798	Capitão Antonio José de Araújo		
REGISTRO DE SIMÃO VIEIRA	1782/1783	Antonio da Costa Nunes	1797/1799	Antonio Madeira de Vinhão
	1793/1796	Serafim Ribeiro de Andrade	1807/1809	Antonio de Araújo Rodrigues

A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ENTRE OS "SERTÕES" E AS "MINAS GERAIS"

Como havíamos afirmado no início de nosso texto, um número enorme de trabalhos já se debruçaram sobre a questão do mercado interno e também do abastecimento da Capitania de Minas Gerais. No entanto, a quase totalidade destes, com a exceção da obra de Carrara que também analisou os circuitos internos de abastecimento, abordou os circuitos de circulação de mercadorias entre esta e as outras capitanias, principalmente São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Desta forma, e como havia sido proposto, nosso objeto recaiu exclusivamente sobre as áreas vinculadas à zona mineradora central, composta pelos termos de Mariana e Ouro Preto, as chamadas “minas gerais”, com o intuito de poder avaliar a extensão geográfica da influencia econômica destes dois termos sobre o resto da capitania. Em síntese, a nossa intenção é identificar o espaço econômico polarizado por estes dois prósperos centros mineradores exclusivamente dentro da capitania, verificando quais as rotas de mercadorias saídas dos “sertões” com destino aos dois termos.

Para que pudéssemos alcançar nosso objetivo foram selecionados para pesquisa os Registros de Abóboras, Sete Lagoas, Jaguará e Ribeirão D'Areia, já que eram estes os responsáveis pelo controle da passagem das mercadorias vindas dos “sertões”⁵⁷ mais longínquos para as chamadas “minas gerais”. Como a obra de Carrara já trazia quase todos os dados sobre estes registros, o nosso trabalho foi facilitado no sentido de que só foi preciso coletar a localização ou procedência das mercadorias lançadas nos livros de registro, dados

⁵⁷ A definição de "sertões" pode ser vista anteriormente, na nota de referencia nº 39.

estes que às vezes não constam de sua tese, assim como coletamos os dados referentes aos anos de 1763 e 1764 do registro de Sete Lagoas, que não constavam em sua tabela. Em suma, como os outros dados se encontravam disponíveis, bastou-nos refazer as tabelas e acrescentar todas as referências de procedência de mercadorias que foram relatadas nos livros de créditos dos livros.⁵⁸

Movimento das entradas pela Contagem das Abóbora (1758)⁵⁹

MERCADORIAS	1758
Açúcar ¹	35
Cavalos	595
Cera	1
Escravos	7
Peixe seco e de barril ¹	515
Reses	6.294
Sal/surrões	11
Sebo, solas e couros	96
Toucinho e carne-seca¹	76

1 – em arrobas

Pelo registro das Abóbora, ao contrário do que afirmou Carrara, seus lançamentos em 1758 apresentam um número enorme de localidades de onde vinham mercadorias, sendo algumas localizações até certo ponto inesperadas, já que se encontravam distantes deste registro, no sentido de que estas mercadorias poderiam facilmente ser atravessadas por picadas ou mesmo caminhos diretos para Mariana e Ouro Preto, como são os casos de Congonhas do Campo, Itatiaia, Caxambu, Sumidouro, Cachoeira do Campo, Casa Branca, Varginha etc. A seguir temos a lista de todas as localidades relacionadas nos créditos registrados: Fazenda do Siga

⁵⁸ É necessário ressaltar que a lista de procedências de mercadorias não esgotam todas as possibilidades de rotas de circulação. Isso ocorre porque a documentação que nos foi legada pelo tempo contém na grande maioria das vezes apenas os livros de créditos, de modo que, os passadores que atravessaram suas mercadorias pelos registros e pagaram os impostos à vista, quase sempre não podem ser detectados pela documentação que raramente os define.

⁵⁹ CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 (tese de doutoramento), p. 119.

Bem, Varginha, Pé da Serra, Curral Del Rey, Roça Grande, Sete Lagoas, Morro da Andorinha, Contage(m), Ponte do Ribeirão, Bento Gonçalves (fazenda), Barra (Vale) do Paraopeba, Jaboticabau (Jaboticatubas), Fazenda do Palmito, Paracatu, Sertão, Macacos, Cachoeira, Santo Antonio da Casa Branca, Santa Cruz do Salto, Fazenda Buriti, São Gregório, Papagaio, Fazenda das Lages, Boa Vista, Congonhas do Campo, Caxambu, Sumidouro, Leitão, Capim Branco, Fazenda Coutinho, Morro da Garça, Tapanhuacanga, Fazenda do Rio do Peixe, Cachoeira do Campo e Itatiaia. °

Movimento das entradas pelo registro do Ribeirão D'Areia (1785-1787)⁶¹

MERCADORIAS	1785	1786	1787
Reses	96	697	350
Cavalos	10	--	--
Sal/surrões	7	--	--
Peixe ¹	79	--	--
Sola ¹	5 ½	--	--
Carne-seca¹	271	--	--

1 – em arrobas

As mercadorias passadas por este Registro não apresentam suas procedências com bastante clareza, não por omissão da documentação, mas por um problema de grafia. Por outro lado, são localizações mais detalhadas, a maioria delas constando como freguesia de alguma vila. São elas as seguintes: Boa Vista (freguesia Pitanguy), Santa Roza (freguesia Pitanguy), Pitanguy, Catita (freguesia Pitanguy), [Flores] (freguesia Paracatu), Almas (freguesia Curvelo), Rio do Peixe, Bagre (freguesia Curvelo), Ribeirão (freguesia Paracatu), Mateus Leme (freguesia Curral Del Rey), Manoel Gomes (freguesia Curvelo), Marmelada (freguesia Paracatu), Choro (freguesia Pitanguy), [Pinhanco] (freguesia Curvelo), Onça (freguesia Pitanguy), Andorinhas, Lagoinha (freguesia Pitanguy), Ponte Alta (freguesia Pitanguy), São

⁶⁰ CCCOP/AN 3231 ROLO 188.

⁶¹ Idem. p. 120.

Romão (freguesia Paracatu), Santiago (freguesia Paracatu), Morrinhos (freguesia barra do rio das Velhas), Fazenda da Pipa (freguesia Pitanguy), Paçoca (freguesia Pitanguy), Paraopeba (freguesia Pitanguy) Leitão (freguesia Pitanguy), Bicudo (freguesia Curvelo), Pompeu (freguesia Pitanguy), Soledade (freguesia Curvelo), Monte Alegre (freguesia Paracatu), Indaiá (freguesia Pitanguy), Cachoeira, Pirapora (freguesia São Romão), Riacho das Pedras (freguesia Curvelo), Barra do Paraopeba (freguesia Paracatu), Jacaré (freguesia barra do rio das Velhas), São Joanico (freguesia Pitanguy), Curvelo, Santana (freguesia Pitanguy), [Pari] (freguesia Curvelo), Tijuco (freguesia Pitanguy), Paracatu, Julião (freguesia Paracatu), Santa Luzia (freguesia Sabará), Coiabo (freguesia Curvelo), Caeté, Maribondo (freguesia Pitanguy), Buriti (freguesia Paracatu), Inficcionado, Diamante (freguesia Pitanguy), Pau a Pique, Morro da Garça (freguesia Curvelo), Guardas (freguesia Pitanguy), Paciência (freguesia Pitanguy), Ibituruna (freguesia São João Del Rey), Canoas (freguesia Paracatu), Gameleiras (freguesia Paracatu), Campo Grande (freguesia Pitanguy), São Felix (freguesia Paracatu, José Correa (freguesia Santa Luzia) e Sabará.

Movimento das entradas pelo registro da Jaguará (1768-1769)⁶³

MERCADORIAS	1768	1769
Reses	1358	542
Cavalos	169	101
Escravos	8	--
Couros	26	5,5
Fazenda seca	4	33
Carne-seca ¹	732	555
Peixe seco ¹	740	406
Sabão, sebo, sola ¹	27,7	4
Sal/surrões	203	—

1 — em arrobas

⁶² CCCOP/APM 1439 ROLO 69.

⁶³ Idem.p. 120.

Sobre o registro da Jaguará, os únicos dados de que dispomos são dos anos imediatamente anteriores aos referidos nesta tabela. Infelizmente, os dados que conseguimos foram obtidos indiretamente, em uma lista dos créditos, de forma que não foi possível obter as mercadorias que foram passadas no registro, de modo que podemos afirmar com certeza somente que elas se constituíam principalmente de reses e cavalos. Dessa forma, listamos abaixo apenas as localizações de onde vieram as mercadorias, que estão a seguir: Fazenda do Riacho Fundo, Porto da Piedade, Pau de Cheiro, barra do rio das Velhas, Sabará, Fazenda da Ponte, Caeté, barra do Paraopeba, Vargem Comprida, rio das Velhas, Soledade, Santa Luzia, Lagoinha, Mucambo, Sumidouro, Leitão, Curvelo, barra do Diamante, Morro da Garça, Bento Rodrigues, Gorutuba, Lapinha, Macaúbas, Crioullos, Pontal e Sertão.⁶⁴

Movimento das entradas pelo registro de Sete Lagoas (1762-1775)

MERCADORIAS	1762	1763 ⁶⁵	1764	1774	1775
Reses	7.064	1.859	6.912	2.451	2.082
Cavalos	1.016	227	982	23	204
Couros de boi	--	6	408	162	196
Couros de veado	--	--	--	55	21
Toucinho	--	--	--	3 ½	14
Sal/surrões	--	18	259	122	8
Carne-seca ¹	--	--	--	167	138
Cera ¹	--	--	--	10	--
Peixe seco e de barril	--	--	374	440	481
Sola e sebo ¹	--	--	--	25	21
Secos	--	6@ e 29 libras	127@ e 24 libras	--	--
Molhados¹	--	192 ½	1150	--	--

1 – em arrobas

⁶⁴ CCCOP/AN 0421 ROLO 39 E CCCOP/AN 0417 ROLO 39.

⁶⁵ De setembro era diante.

Diferentemente dos outros registros, os livros referentes a este não revela as procedências das mercadorias, mas como afirma Carrara *"com pequenas variações, os mesmos destinos e as mesmas procedências foram lançadas pelo administrador do Registro de Sete Lagoas"*.⁶⁶

⁶⁶ CARRARA. op.cit. P. U 8.

CONCLUSÃO

Assim como escreveu Carrara, a Capitania de Minas Gerais não cabe em adjetivos generalizantes. Cada “lugar”, cada “paragem”, cada região, às vezes cada freguesia, ou (mais raramente) um conjunto delas, mas nunca a Capitania, estiveram submetidos a ritmos próprios. Cada paragem pulsava singularmente. Ao analisarmos os registros, as listas de créditos, os relatos dos viajantes ou as descrições dos magistrados, podemos perceber que de maneira alguma, as diversas regiões desta Capitania possam ser identificadas como um todo. Quando utilizamos o conceito de espaço econômico estamos extrapolando a idéia de que uma fronteira imaginária significasse unidade. Cada “pedaço de chão” possuía uma lógica própria, independente, singular, para não dizer única. O início da mineração trouxe fome e ao mesmo tempo prosperidade; trouxe a luta pela sobrevivência e pela busca de fortunas; trouxe consigo o comércio; a sociedade urbana; trouxe a simplicidade do milho e do feijão; mas trouxe também o luxo, a pompa; a poesia; a busca de conhecimento; a arquitetura; a arte; a religiosidade; encurtou as distâncias; eliminou as dificuldades; trouxe as vacarias; a abertura de caminhos e picadas; devastou montanhas e rios; trouxe escravos e sua contribuição cultural; enfim, o ouro transformou de modo inimaginável a paisagem, a economia, as relações sociais e a política da colônia de maneira irreversível.

De forma sintética, esse metal precioso, brilhante aos olhos, às vezes travestido de forma escura pelo minério fomentou o que a nosso ver provocou o colapso do sistema colonial de exploração, já que ele possibilitou que a colônia assumisse uma posição de

equivalência, senão de superioridade frente sua metrópole, tornando a crise a superação de sua situação um mero fardo a ser despejado com o tempo.

Como vimos também, citando mais uma vez Carrara,

“Com a face voltada para as antigas ‘minas gerais’, Jeremias, no Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas do Campo, lamentava, e sua jeremiada valia como metáfora para todo o século XVIII: *eu choro o desastre da Judéia e a ruína de Jerusalém*. Em lugar de Jeremias, todos os que de alguma forma dependiam da mineração tiveram muitas razões para lamentar o desastre e a ruína das minas travestidas em Judéia. Daí a danação rogada, o retorno à agricultura proposto e o amaldiçoamento do ouro, como escrevera em sua memória Basílio Freire.”⁶⁷

o declínio da mineração trouxe consigo uma queda sensível dos níveis de atividade comercial envolvendo os centros mineradores. Mas como vimos também, a reorientação da produção para uma agricultura e uma pecuária fortíssimas foi um fato que mesmo antecedeu esse declínio, mas que de forma alguma implicaram a decadência da economia mineira. Se a mineração diminuiu o volume das mercadorias enviadas aos seus centros de comércio, como percebemos em nossas pesquisas, não retraiu de forma alguma a extensão geográfica da influência comercial destes grandes centros. Apesar da diminuição óbvia da quantidade de meios de comercialização, os termos de Ouro Preto e Mariana, assim também como Sabará, Tijuco e São João Del Rey mantiveram-se por um longo tempo como os principais destinos das rotas comerciais da Capitania.

⁶⁷ CARRARA, op. cit, P. 186.

FONTES

FONTES

Fontes impressas

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais* (1791). In: RAPM, 8:409

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.

ESCHWEGE, Wilhelm von. *Pluto Brasilienses*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B de. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Vols. I e II. Ouro Preto: ESAF, Centro de estudos do ciclo do ouro, 1981.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (orgs.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

ENTRADAS. In: CARRARA, Angelo A. *A Real Fazenda de Minas Gerais*; guia de pesquisa da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto. Ouro Preto: Edufop, 2004.

INSTITUIÇÃO	ROLO	VOLUME
CCCOP/AN	2	6/7
CCCOP/AN	4	19
CCCOP/AN	39	407
CCCOP/AN	41	474
CCCOP/AN	46	652/654/664/665/666/667
CCCOP/AN	54	779/780/783/794
CCCOP/AN	86	1532
CCCOP/AN	94	1647/1648
CCCOP/AN	145	2570/2572/

CCCOP/AN	159	2803
CCCOP/AN	160	2811
CCCOP/AN	162	2829
CCCOP/AN	180	3090/3091/3780
CCCOP/AN	217	3556
CCCOP/APM	21	1137
CCCOP/APM	31	1227

* Estas fontes avulsas representam a documentação não relacionada no guia de pesquisa organizado por Carrara.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOXER, Charles R. Renascimento e expansão no ocidente (1663-1750). In: *O império colonial português* (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1981.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 (tese de doutoramento).

CARRARA, Angelo A. *A Real Fazenda de Minas Gerais; guia de pesquisa da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*. Ouro Preto: Edufop, 2004.

CARRARA, Ângelo Alves. Ouro, moeda e mercado interno no Brasil, 1700-1808. *Produção mineral e circulação mercantil*. Mariana: Departamento de História, 2004 (relatório de pesquisa).

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes'*, mercadores das minas setecentistas. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG, 1995.

COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE-USP, 1979.

ELLIS, Myriam. *Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil no século XVIII*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional/Serviço de Documentação/MEC, 1961.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (orgs.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1957.

MADEIRA, Mauro de Albuquerque. *Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial*. Brasília: Coopermídia, Unafisco/Sindifisco, 1993.

MARIUTTI, Eduardo Barros; NOGUERÒL, Luiz Paulo Ferreira; NETO, Mário Danieli. *Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Frago e Manolo Florentino*. São Paulo: EST. ECON, 2001. V. 31, N. 2, p. 369-393.

MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B de. *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*. Vols. I e II. Ouro Preto: ESAF, Centro de estudos do ciclo do ouro, 1981.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional, 1979.

PIRES, Julio Manuel & COSTA, Iraci del Nero. *O capital escravista mercantil*. São Paulo: N.E.H.D. FEA/USP, 1995.14p. (Cadernos N.E.H.D., nº 1).

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. O ciclo da mineração (1ª. e 2ª. partes). *História econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978. (Brasiliense, 10) c. 10-11.

TANDETER, E., MILLETICH, V., SCHMIT, R. "Flujos mercantiles en el Potosí colonial tardío". In: SILVA RIQUER, Jorge; GROSSO, Juan Carlos; YUSTE, Carmen (org). *Circuitos mercantiles y mercados em Latinoamérica*. México: Instituto de Investigaciones Dr. José Maria Luis Mora-Instituto de Investigaciones Históricas/UNAM, 1995.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento na Capitania de Minas Gerais*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990.